

UMA PUBLICAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO - CNTC

www.cntc.org.br Ano 6 • Edição 66 • Julho 2016 Distribuição gratuita

TERCEIRIZAÇÃO

Projeto que regulamenta terceirização será votado em novembro pelo Senado

■ PÁGINAS 3 A 5



ATIVIDADE SINDICAL

Comissão de Financiamento da Atividade Sindical aprova anteprojeto do deputado Bebeto **ARTIGO**

Custo da mão de obra: o verdadeiro vilão é o Estado

■ PÁGINA 9

JORNAL DA CNTC

JORNAL DOS TRABALHADORES NO COMÉRCIO NO BRASIL

REGISTRO: RCPJ 2.784-LB 3 – Endereço: AV W5 - SGAS 902,

Bloco C, Brasília - DF - CEP 70390-020 - Brasília (DF)

PABX: (61) 3217.7100 – Fax: (61) 3217.7122

SUPERVISÃO: Levi Fernandes Pinto • JORNALISTAS: Raul Lênnon e Rodrigo Rueda • IMPRESSÃO: Ideal Gráfica • EDITORAÇÃO: Antonio Neto • TIRAGEM: 10 mil exemplares • E-MAIL: imprensa@cntc.org.br • FOTOGRAFIAS: Raul Lênnon • JORNALISTA RESPONSÁVEL: Rodrigo Gabriel Rueda Abreu — RP: 0008590/DF.

(Os artigos, crônicas e opiniões publicados neste jornal, quando identificados, são exclusivamente de responsabilidade de seus autores.

CNTC

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio

Entidade sindical de grau superior reconhecida pelo Dec. 22.043 de 11/11/46. Endereço: SGAS W5, quadra 902, bloco C CEP 70390-020 – Brasília/DF – PABX: (61) 3217.7100 Fax: (61) 3217.7122 – Site: www.cntc.org.br – F-mail: cntc@cntc.org.br

DIRETORIA

Presidente: Levi Fernandes Pinto • 1° Vice-Presidente: Vicente da Silva • 2º Vice-Presidente: Luiz Carlos Motta Diretor Secretário Geral: Lourival Figueiredo Melo • Diretor 1º Secretário: Idelmar de Mota Lima • Diretor Tesoureiro Geral Saulo Silva • Diretor 1° Tesoureiro: Edson Geraldo Garcia Diretor de Assuntos Legislativos: José Francisco de Jesus Pantoja Pereira • Diretor de Relações Internacionais: Luiz de Souza Arraes • Diretor de Formação Sindical: Ronaldo Nascimento • Diretor de Assuntos Jurídicos: Valmir de Almeida Lima • Diretor de Previdência e Seguridade Social: Ageu Cavalcante Lemos • Diretor de Políticas Sociais, Cidadania Direitos Humanos: Ronildo Torres Almeida • Diretora de Políticas para as Mulheres: Maria Bernadete Lira Lieuthier • Diretor de Saúde e Segurança do Trabalho: Armando Henrique • Diretor de Esportes, Cultura, Lazer e Juventude: Márcio Luiz Fatel • Diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho: Guiomar Vidor • Diretor de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável: José Ribamar Rodrigues Filho • Diretor de Imprensa e Comunicação Social: Edson Ribeiro Pinto • Diretor de Políticas de Qualificação Profissional: Carlos Dionísio de Morais • Diretor de Políticas de Fconômicas: José Martins dos Santos

DIRETORIA | SUPLENTES | Francisco Soares de Souza

José Alves Paixão • Eduardo Genner de Sousa Amorim •
Francisca das Chagas Soares da Silva • Luiz Fernando Nunes •
Antônio Caetano de Souza Filho • Raimundo Miquilino da Cunha

Helena Ribeiro da Silva • Silvana Maria da Silva • Maria
Normélia Alves Nogueira • Maria Euridéia Mendes • Leocides
Fornazza • Antônio Marco dos Santos • Edson Ramos • Luiz
José Gila da Silva • Valmir Andrade da Silva • Dorival Pereira
Bambil • Roberto Galo Ferreira • José Carlos Pavão Diniz •
Eusébio Luis Pinto Neto • Valdemar Manrich

CONSELHO FISCAL | EFETIVOS | José Lucas da Silva • Marcos de Holanda Moura • Dorvalino de Oliveira

CONSELHO FISCAL | SUPLENTES | Raimundo Firmino dos Santos • Elizeu Ferrato Cavalcante • Roosevelt Torres Almeida



PALAVRA DO PRESIDENTE

Caros companheiros e companheiras,

Passamos da metade do ano com a sensação que 2016 é um ano perdido para a economia brasileira. De acordo com os dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), divulgados em junho pelo Ministério do Trabalho e Emprego, o setor de serviços registrou a maior queda no número de vagas formais em maio (-36.960) seguido pelo comércio, com 28.885 postos de trabalho encerrados.

Além da ameaça constante do desemprego e da queda na renda das famílias, os trabalhadores também sofrem com tenebrosas mudanças nos direitos sociais dos trabalhadores. Está prevista para novembro a votação, pelo Senado Federal, do projeto que regulamenta a terceirização. Vale lembrar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) atuou ativamente durante a votação na Câmara dos Deputados para garantir a manutenção dos direitos trabalhistas no texto do PL 4.330/2004, que regulamenta a terceirização da mão de obra.

O Sistema CNTC continua na luta contra a precarização do trabalho. Defendemos que a regulamentação da terceirização garanta a isonomia de direitos entre os trabalhadores terceirizados e celetistas, não permitindo relações empregatícias pejotizadas sem justificativa, já que configuram claros pretextos para não assegurar aos trabalhadores os direitos garantidos em lei. Também defendemos a responsabilidade solidária, a limitação da terceirização à atividade-meio, bem como somos contra a quarteirização.



www.cntc.org.br

Nesta edição do Jornal da CNTC, apresentamos um estudo divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) que revelou que a depressão atinge 10,2% dos desempregados. Vale lembrar, que em fevereiro deste ano, a Confederação lançou a publicação "CNTC Saúde – Cartilha do Trabalhador", com o objetivo de despertar nos comerciários a importância da prevenção e os cuidados com a saúde, orientando da melhor forma possível a família comerciária com relação às questões de bem-estar de homens e mulheres.

Também apresentamos um estudo do Instituto Ethos, que teve o apoio da Organização Internacional do Trabalho e da ONU Mulheres, que destaca que a maior parte das grandes empresas brasileiras não possuem ações afirmativas para incentivar a presença de mulheres e negros. Nós da CNTC somos a favor da igualdade de gênero e de oportunidades e contra qualquer tipo de discriminação. Boa leitura!

Levi Fernandes Pinto *Presidente*



www.cntc.org.br Julho 2016 • Edição 66 • **Jornal Cntc**

CAPA

Projeto que regulamenta terceirização será votado em novembro pelo Senado

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros (PMDB-AL) concedeu entrevista coletiva no dia 30 de junho e garantiu que o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2015, que trata da regulamentação da terceirização de mão de obra será votado no mês de novembro deste ano.

Renan afirmou que a ideia é deliberar sobre um texto que regulamente a situação dos trabalhadores terceirizados no Brasil, e não o texto aprovado pela Câmara. "Pretendemos no Senado Federal em novembro, votar não a terceirização ampla, geral e irrestrita como veio da Câmara. Isso precariza as relações de trabalho. Nós vamos votar a regulamentação dos terceirizados existentes", declarou o senador.

O PLC 30/2015, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no final de abril de 2015 e encontra-se em processo de revisão pelo Senado Federal, originário do Projeto de Lei 4330, de 2004, de iniciativa do então deputado Sandro Mabel. Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrente.

Para o relator do projeto na Comissão Especial sobre o Desenvolvimento Nacional (CEDN) do Senado Federal, o senador Paulo Paim (PT-RS), o texto aprovado pela Câmara dos Deputados pode tornar precária as relações de trabalho. "Da forma que veio da Câmara dos Deputados não tem a mínima condição. Foi unanimidade nas vinte e sete capitais que eu fui inclusive o DF, de que esse projeto que veio da Câmara tem que ser rejeitado e que eu apresentasse outro projeto. Tenho conversado com o presidente Renan Calheiros para regulamentar a situação melhorando a vida dos 13 milhões de terceirizados de hoje", afirmou Paulo Paim.



Tramitação no Senado

O projeto aguarda deliberação pelo Plenário do Senado, de requerimentos de tramitação conjunta para seguir para apreciação da CEDN. Em seguida será apreciado pelo Plenário do Senado Federal e havendo modificação de texto a matéria volta para deliberação da Câmara dos Deputados.

Votação na Câmara

A Câmara dos Deputados votou no dia 22 de abril de 2015 o projeto de lei da terceirização (PL 4.330/04). O Plenário aprovou uma emenda que permite a terceirização das atividades-fim das empresas do setor privado e alterou alguns pontos do texto-base. A emenda de autoria do

relator do projeto, deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BA) e pelo então líder do PMDB, deputado Leonardo Picciani (RJ) foi aprovada por 230 votos a 203. O texto não utiliza os termos atividade-fim ou atividade-meio, mas autoriza a terceirização de qualquer setor de uma empresa. Também aumentou os tipos de empresas que podem atuar como terceirizadas.

Mobilização

Durante a votação na Câmara dos Deputados, os dirigentes da CNTC buscaram o apoio dos deputados para garantir a manutenção dos direitos dos trabalhadores no texto do PL 4.330/2004, que regulamenta a terceirização de mão de obra. Uma importante conquista foi a aprovação da emenda que torna a responsabilidade da contratante solidária em relação

Fretendemos no Senado Federal em novembro, votar não a terceirização ampla, geral e irrestrita como veio da Câmara. Isso precariza as relações de trabalho. Nós vamos votar a regulamentação dos terceirizados existentes."

RENAN CALHEIROS

JORNAL CNTC • EDIÇÃO 66 • JULHO 2016

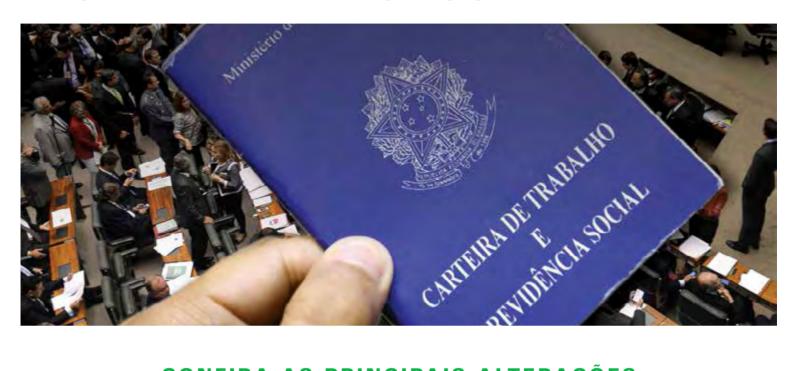
CAPA

4

às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada. Com o texto, tanto a empresa terceirizada quanto a contratante ficam responsáveis e podem ser processadas pelo trabalhador no caso de dívidas previdenciárias e trabalhistas.

O movimento sindical integrante do Sistema CNTC deve mobilizar suas forças no contato com senadores em suas bases eleitorais, na tentativa de convencê-los a limitar a terceirização apenas a atividade meio, bem como que votem pela preservação dos direitos sociais dos trabalhadores no comércio e serviços.

www.cntc.org.br



CONFIRA AS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES

01 ATIVIDADE FIM

LIBERA A TERCEIRIZAÇÃO PARA QUALQUER ATIVIDADE DA CONTRATANTE.

02

REPRESENTAÇÃO SINDICAL

A REPRESENTAÇÃO SINDICAL DOS EMPREGADOS TERCEIRIZADOS SERÁ A MESMA DOS EMPREGADOS DA CONTRATANTE QUANDO PERTENCENTES DA MESMA ATIVIDADE ECONÔMICA.

03 RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA

FIXA A RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA EM RELAÇÃO ÀS OBRIGAÇÕES QUANTO AO:

- PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ADICIONAIS, HORAS EXTRAS, REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO;
- CONCESSÃO DE FÉRIAS REMUNERADAS E PAGAMENTO DO RESPECTIVO ADICIONAL;
- CONCESSÃO DO VALE-TRANSPORTE, QUANDO FOR DEVIDO;
- DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS);
- PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DOS EMPREGADOS DISPENSADOS ATÉ A DATA DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO;
- RECOLHIMENTO DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS.

04 **PEJOTIZAÇÃO**

CAPA

EM 12 MESES O IMPEDIMENTO PARA FIGURAR COMO CONTRATADA A PESSOA JURÍDICA CUJOS TITULARES TENHAM PRESTADO SERVIÇOS À CONTRATANTE NA QUALIDADE DE EMPREGADO OU TRABALHADOR SEM VÍNCULO EMPREGATÍCIO, EXCETO SE REFERIDOS TITULARES OU SÓCIOS SEJAM APOSENTADOS.

05 **QUARTEIRIZAÇÃO**

PERMITE A QUARTEIRIZAÇÃO.

06 INTERMEDIAÇÃO DE **MÃO DE OBRA**

PROÍBE A INTERMEDIAÇÃO DE MÃO DE OBRA, RESSALVADO AS EXCEÇÕES PREVISTAS EM LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA.

07 **RETENÇÃO** ANTECIPADA DE **TRIBUTOS**

A EMPRESA CONTRATANTE DEVERÁ FAZER O RECOLHIMENTO ANTECIPADO DE TRIBUTOS DEVIDOS PELA CONTRATADA COMO IMPOSTO DE RENDA NA FONTE (IR), CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL) PIS/PASEP; E COFINS.



08 FISCALIZAÇÃO PELA **CONTRATANTE**

A CONTRATANTE DEVE EXIGIR MENSALMENTE DA CONTRATADA A COMPROVAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES (PAGAMENTO DE SALÁRIOS, ADICIONAIS, HORAS EXTRAS, REPOUSO SEMANAL REMUNERADO E DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO; CONCESSÃO DE FÉRIAS REMUNERADAS E PAGAMENTO DO RESPECTIVO ADICIONAL; CONCESSÃO DO VALE-TRANSPORTE, QUANDO FOR DEVIDO; DEPÓSITOS DO FUNDO DE GARANTIA DO TEMPO DE SERVIÇO (FGTS); PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS DOS EMPREGADOS DISPENSADOS ATÉ A DATA DA EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO; RECOLHIMENTO DE OBRIGAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS) RELACIONADAS AOS EMPREGADOS DESTA, QUE EFETIVAMENTE PARTICIPEM DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS.

JORNAL CNTC • EDIÇÃO 66 • JULHO 2016 www.cntc.org.br

NOTÍCIAS

CNTC participa de fórum da UNI Américas no Chile

Os diretores de Relações Internacionais, Luiz de Souza Arraes e de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho, Guiomar Vidor, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) participaram do 2º Fórum sobre Empresas Multinacionais, promovido pela UNI Américas em Santiago, no Chile, de 20 a 22 de junho.

O encontro teve como tema as mudanças no setor do comércio e os desafios que os sindicatos terão pela frente. Participaram do evento 53 representantes sindicais do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Peru e Colômbia. O fórum estabeleceu estratégias de organização e de ação para combater os problemas vividos por milhares de trabalhadores de empresas multinacionais.



Representantes de entidades sindicais do Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Peru d Colômbia participaram do Fórum da UNI América.



Os diretores da CNTC, Guiomar Vidor (c) e Luiz de Souza Arraes (d) debateram acões para combater os problemas dos trabalhadores de multinacionais

Comércio apresenta maior queda nas vendas para maio desde 2001, aponta IBGE



O comércio varejista no Brasil registrou queda de 9% em maio na comparação com igual mês de 2015, sendo a maior queda para o mês desde 2001, segundo informações divulgadas no dia 12 de julho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Comparando maio com abril (que registrou alta de 0,3%), a queda foi de 1%, a maior verificada para o mês desde 2000. Com isso, o varejo acumula recuos de -7,3% nos cinco primeiros meses do ano e de -6,5% nos últimos 12 meses.

QUEDA

Na comparação entre abril e maio de 2016, a queda no volume das vendas foi acompanhada por seis das oito atividades que compõem o comércio varejista, com destaque para a queda nas vendas de livros, jornais, revistas e papelaria (-2,7%), venda de artigos de uso pessoal doméstico (-2,4%), equipamentos e material para escritório, informática e comunicação (-2%), móveis e eletrodomésticos (-1,3%), artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (-0,8%) e combustíveis e lubrificantes (-0,4%).

Entre abril e maio de 2016, houve estabilidade nas vendas em hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (0,0%) e o crescimento de 1,5% nas vendas de tecidos, vestuário e calçados.

Em maio de 2016, das 27 Unidades da Federação (incluindo o DF), 23 apresentaram recuo no volume de vendas na comparação com o mês anterior na série com ajuste sazonal. Os destaques negativos foram Roraima (-6%) e Pará (-5%). Já Santa Catarina avançou 2,5% no volume de vendas, seguido por Rio Grande do Sul (0,8%), Paraná (0,3%) e Mato Grosso do Sul (0,1%), com relativa estabilidade nas vendas no varejo comparadas entre abril e maio

Na comparação com maio de 2015, a redução das vendas no varejo foi verificada em todos os estados, com destaque para Amapá (-21,5%), Pará (-16,8%); Bahia (16,6%); Rondônia (-16,5%) e Amazonas (-16%).

Desemprego atinge 11,4 milhões de brasileiros

O desemprego no Brasil ficou em 11,2% no trimestre encerrado em maio, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no dia 29 de junho. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD Contínua), no trimestre de março a abril de 2016, o país contabilizou aproximadamente 11,4 milhões de desempregados. A taxa reflete o mesmo número do trimestre encerrado em abril, sendo novamente a maior já registrada pela série histórica da pesquisa, que teve início em janeiro de 2012.

A taxa da população desocupada cresceu 40,3% no trimestre móvel até maio, na comparação com igual período de 2015, um aumento de 3,3 milhões de pessoas desempregadas. O número de pessoas ocupadas foi estimado em 90,8 milhões de pessoas no trimestre de março a maio de 2016, registrando queda de 1,4% em comparação com o mesmo trimestre de 2015.

O número de empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada apresentou queda de 4,2% em relação ao igual trimestre do ano anterior. Já o número de empregados sem carteira assi-



nada cresceu 3,5% na comparação com o trimestre de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016, sendo estável no trimestre de março a maio de 2016.

AUTÔNOMOS

Na comparação com o período de março a maio do ano anterior foi verificado um aumento de 4,3% na categoria das pessoas que trabalharam por conta própria, cerca de 952 mil autônomos. Já na comparação com o trimestre de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 foi registrada queda de 1,3%, aproximadamente 314 mil pessoas.

RENDA

O rendimento médio recebido pelas pessoas ocupadas ficou em R\$ 1.982, sendo estável na comparação com o trimestre de dezembro de 2015 a fevereiro de 2016 (R\$ 1.972), mas com retração de 2,7% em relação ao mesmo período do ano passado (R\$ 2.037).

Mercado fecha 72.615 vagas de empregos em maio



O Brasil fechou em maio, 72.615 vagas de empregos formais segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) divulgados no dia 24 de junho pelo Ministério do Trabalho e Emprego. No acumulado deste ano, de janeiro a maio, 448.011 postos de trabalho foram encerrados. Comparando com maio de 2015, o resultado foi melhor, quando 115.559 vagas de empregos formais foram fechadas.

Nos últimos doze meses, o país perdeu 1.781.906 vagas de empregos com carteira de trabalho assinada. Com o resultado, o Brasil possui atualmente 39.244.949 trabalhadores com carteira de trabalho assinada.

SETORES

A maior queda no número de vagas formais em maio foi verificada no setor de serviços, com 36.960 postos de trabalho fechados. O comércio também diminuiu o ritmo de contratações (-28.885) assim como a indústria de transformação, que fechou 21.162 vagas e a construção civil (-28.740).

Já a agricultura foi responsável em maio, pela geração de 43.117 novos postos de trabalho. Além do setor, apenas a administração pública abriu novas vagas (1.391).

7

JORNAL CNTC • EDIÇÃO 66 • JULHO 2016

SAÚDE

Estudo do IBGE revela que a depressão atinge 10,2% dos brasileiros desempregados

Em 2013, 10,2% dos brasileiros com 18 anos ou mais que estavam fora do mercado de trabalho (um em cada dez) sofriam algum tipo de depressão, de um total de 61,8 milhões de pessoas que não trabalhavam, nem procuravam emprego, em universo de 93 milhões de brasileiros empregados. O estudo foi divulgado no dia 30 de junho pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional de Saúde 2015 - Indicadores de Saúde e Mercado de Trabalho. Na época, o levantamento contabilizava a existência de aproximadamente 160 milhões de pessoas integrando a População em Idade Ativa (PIA) do Brasil, em universo de 200,6 milhões de pessoas de acordo com o Censo 2010.

Ao analisar os brasileiros em idade ativa desocupados (5,7 milhões de pessoas fora do mercado de trabalho, mas que procuravam emprego) em 2013, o percentual verificado cai para 7,5%. Entre as pessoas fora do mercado de trabalho (não trabalhavam, nem procuravam emprego, mas em idade ativa), o percentual passa para 7,6%, (11,2 milhões de pessoas). O menor percentual de trabalhadores com depressão foi verificado entre a população ocupada, atingindo 6,2%.

A ocorrência de depressão entre a população em idade ativa leva em consideração o contingente de pessoas com idade acima de 18 anos e indica que, 12,6% da população fora do mercado de trabalho faziam uso de algum tipo de medicação para dormir.

Essas análises foram feitas em convênio com o Ministério da Saúde. As mulheres apresentaram percentual maior de diagnóstico de depressão mais elevado, com 10,1% na faixa da população de 18 anos ou mais. Os dados da pesquisa também apontam que nos grupos etários, o diagnóstico médico de depressão aumentava até o grupo de 40 a 59 anos, com diminuição a partir dessa faixa. No grupo de 40 a 59 anos, 8,2% dos pesquisados revelaram diagnóstico de depressão. Já na faixa etária de 60 anos ou mais, 7,4% dos entrevistados relataram sofrer de depressão.



DOENÇAS

O IBGE apurou na Pesquisa Nacional de Saúde 2013 a prevalência de três doenças crônicas com maior incidência na população: pressão alta, colesterol alto e dor nas costas. O índice é menor entre os desempregados do que entre a população ocupada. Essas doenças crônicas foram verificadas de forma mais presente na faixa etária entre 65 a 74 anos de idade, sendo: 52,7% pressão alta; problemas crônicos de coluna ou costas, 28,9% e colesterol alto, 25,5%.

Técnicos do IBGE também constataram que a prevalência de Distúrbio Osteomolecular Relacionado ao Trabalho (movimentos repetidos de qualquer parte do corpo) foi maior entre as pessoas ocupadas (2,8%) do que entre as desocupadas (2,6%).

ACIDENTES

Em 2013, 12,4% das 4,9 milhões de pessoas de 18 anos ou mais que sofreram acidente de trabalho apresentaram alguma sequela ou incapacidade, equivalente a 613 mil trabalhadores. De acordo com o IBGE, dos 4,9 milhões de acidentados no trabalho, 1,6 milhão (32,9%) deixaram de realizar atividades cotidianas. A pesquisa apontou ainda, que 4,5 milhões de pessoas de 18 anos ou mais sofreram algum tipo de acidente de trânsito com lesões corporais, sendo 32,2% no deslocamento para o trabalho (1,4 milhão) e 9,9% trabalhando (445 mil).

Com relação à agressão e violência, em 2013, 4,6 milhões de pessoas com 18 anos ou mais (3,1%) sofreram algum tipo de agressão ou agressão por desconhecido. Do total, 846 mil foram agredidas no local de trabalho (18,4%). As agressões ou violências praticadas por conhecidos atingiram 2,5% com 18 anos ou mais (3,7 milhões), sendo que 11,9% (439 mil) sofreram essas agressões no ambiente de trabalho.

RENDA

Em 2013, o rendimento médio mensal pago aos trabalhadores sem deficiência era de R\$ 1.693, valor 11,4% maior que os R\$ 1.499 pagos aos trabalhadores portadores de alguma das deficiências investigadas pelo IBGE. Foram produzidas estimativas sobre quatro tipos de deficiências: intelectual, física, visual e auditiva.

Da população de 14 anos ou mais de idade, 7,2% possuíam ao menos uma das quatro deficiências, considerando que 21,7% das pessoas ocupadas declararam grau intenso ou muito intenso de limitações das atividades habituais, incluindo o trabalho. Das deficiências investigadas pela pesquisa, a visual foi a mais frequente para as pessoas de 14 anos ou mais (4,3%).

www.cntc.org.br

C

Custo da mão de obra: o verdadeiro vilão é o Estado

*Por Lourival Figueiredo Melo

Nas mesas de negociação entre sindicatos e empresas o protesto dos empresários está quase sempre relacionado ao custo da mão de obra no orçamento da empresa, considerado por eles como oneroso. Na prática, isso dificulta a negociação e pressiona o salário dos trabalhadores para baixo.

Contudo, o custo não se refere diretamente ao salário efetivamente recebido pelo empregado, mas sim a soma dos encargos sociais e trabalhistas. Por encargos sociais entede-se o pagamento com INSS e FGTS e os encargos trabalhistas são as provisões de férias, o 13° salário e o descanso remunerado. Outros valores como o vale transporte e refeição, o auxílio afastamento por doença ou acidente e a indenização de aviso prévio também compreendem o custo da mão de obra

Todos esses encargos são fundamentais para uma justa proteção social do trabalhador.

Os encargos sociais e trabalhistas pagos pelas empresas variam de acordo com o enquadramento no Simples Nacional ou não. Uma empresa do comércio optante pelo Simples Nacional tem um custo mínimo de 33,77% do salário. Por exemplo, um empregado com rendimentos de R\$ 1.200 custa R\$ 1.605 (salário + encargos trabalhistas e sociais) para a empresa. Já uma empresa não optante pelo Simples Nacional paga o equivalente a 68,1% sobre o salário do trabalhador. Nesse caso o custo da mão de obra salta para R\$ 2.018.

O setor empresarial culpa o "excesso" de encargos sociais e trabalhistas por gerar a perda de competitividade das empresas que se traduzem no encarecimento da oferta de bens e serviços.

Na prática, o peso da folha de pagamento sobre os custos das empresas é insignificante quando comparado à alta carga tributária. Imagine uma balança de dois pratos onde de um lado são colocados todos os encargos sociais e trabalhistas e de outro lado estão os impostos federais, estaduais e municipais. Certamente, o peso dos impostos é muito maior. A legislação tributária no país é conhecida por sua "sopa de letrinhas" e confunde inclusive os especialistas no assunto devido ao grande número de im-



postos. Os principais são: IR, IPI, IOF, IPVA, IPTU e ISS.

Estima-se que a carga tributária brasileira esteja em 37% do Produto Interno Bruto. Isso quer dizer que de toda a riqueza produzida no país, mais de ¼ foi pago em impostos. O governo arrecadou em pleno período de recessão econômica o equivalente a R\$ 1,2 trilhão, em 2015. Só o Imposto de Renda é responsável por 28% do total (R\$ 336 bilhões). Em relação ao Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) faz parte de 4,2% (R\$ 51,4 bilhões) do valor arrecadado pelo governo. Mesmo com a gigante receita estatal, o valor ainda é 5,6% inferior ao obtido em 2014.

Ainda assim o Brasil não é o país com a maior carga tributária. Os países nórdicos, como a Suécia (42,8%), Finlândia (44%) e a Dinamarca (48,6%), figuram o topo da lista de impostos cobrados em função do PIB. Porém, esses países são reconhecidos pela excelência na prestação do serviço público.

Mas se engana também quem acha que uma baixa carga tributária é sinônimo de menor bem estar da sociedade. Austrália (27,3%), Coreia do Sul (24,3%) e os Estados Unidos da América (26,4%) são os países com os maiores índices de retorno dos impostos para a sociedade.

A atual situação tributária penaliza não só os trabalhadores e empresas, mas também o próprio governo. A alta carga tributária restringe a renda disponível das famílias e consequentemente reduz os recursos para consumo e poupança. Sem consumo e

poupança, as empresas não investem e não contratam trabalhadores. No final, o governo perde em arrecadação tributária.

JULHO 2016 • EDIÇÃO 66 • JORNAL CNTC

A luta dos empresários não deve ser destinada a eliminar benefícios sociais dos trabalhadores, mas em buscar pressionar o governo por uma reforma tributária que estimule um ambiente de negócios favorável com geração de emprego e renda.

Só assim os trabalhadores e empresários se beneficiarão em conjunto.



LOURIVAL FIGUEIREDO MELO

É diretor Secretário Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e diretor presidente da Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC)

Maior parte das grandes empresas brasileiras não tem ações afirmativas para incentivar presença de mulheres e negros

A maioria das principais empresas brasileiras não tem ações afirmativas para incentivar a presença de mulheres e negros em seus quadros e, quando tem, são ações pontuais em vez de políticas com metas e iniciativas planejadas, de acordo com estudo do Instituto Ethos, signatário da Rede Brasil do Pacto Global das Nações Unidas, e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O estudo, que teve o apoio da ONU Mulheres e da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e analisou as 117 maiores empresas do país, concluiu também que grande parte das organizações tampouco desenvolve alguma política visando à promoção da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ou entre negros e brancos.

A pesquisa faz parte de uma série de estudos sobre o tema, denominada "Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e suas Ações Afirmativas".

MULHERES

Com maioria de 51,4% da população brasileira, as mulheres estão sub-representadas nas maiores empresas brasileiras.

"Além da desigualdade (de presença nos quadros) em relação aos homens, enfrentam afunilamento hierárquico que as exclui, em maior proporção, dos postos mais elevados da escala hierárquica, como já observado em pesquisas anteriores", disse o estudo.

As mulheres têm vantagem em relação aos homens no contingente de aprendizes e estagiários, com participação de 55,9% e 58,9%, respectivamente. Mas elas perdem espaço já a partir dos trainees, com 42,6%. Nos níveis superiores seguintes, estão ainda menos presentes, com porcentagens de 35,5% no quadro funcional, 38,8% na supervisão, 31,3% na gerência, 13,6% no quadro executivo e 11% no conselho de administração.

Questionados sobre a causa da restrita participação feminina em ao menos um dos níveis hierárquicos, 36,9% dos gestores dis-



seram faltar conhecimento ou experiência de sua empresa para lidar com o assunto. Outros 34,2% disseram "não haver interesse das mulheres".

NEGROS

O cenário é semelhante para os negros, que representam 52,9% da população do país e estão, como as mulheres, em situação de desigualdade, sub-representação e afunilamento hierárquico.

Segundo o estudo, neste caso a exclusão é ainda mais acentuada. Os negros são maioria nos contingentes de aprendizes e trainees, com proporção de 57,5% e 58,2%, e têm sua participação resumida a 6,3% na gerência e 4,7% no quadro executivo.

O estudo mostrou ainda que os administradores das empresas têm consciência da situação. Entre os principais gestores, 55% consideram haver menos negros do que deveria na gerência da empresa e 64% acham o mesmo quanto ao quadro executivo. Outros 53,1% dos principais gestores empresariais pensam haver menos mulheres do que deveria no quadro executivo.

A maior parte das empresas disse ainda não possuir medidas para ampliar a presença de negros em nenhum nível de seu pessoal, enquanto parcela relevante dos gestores disseram ter a percepção de que, ao menos na gerência e no quadro executivo, a presença de negros está abaixo do que deveria.

Questionados quanto à causa da escassez de negros em um ou mais níveis, parte dos gestores disse haver "falta de conhecimento ou experiência da empresa para lidar com o assunto".

A maior parte das empresas participantes da pesquisa é do setor industrial, com 52,1%, seguido pelos setores de serviços e comércio, ambos com 17,1%. As empresas concentram-se, em sua maior parte, nas regiões Sudeste e Sul, totalizando uma proporção de 78,7%.

Fonte: OIT Brasil

Foto: Fotolia.co



NOTÍCIAS

Anteprojeto do deputado Bebeto (PSB-BA) é aprovado na Comissão de Financiamento da Atividade Sindical



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados



Foto: Alex Ferreira / Câmara dos Deputados

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a estudar e apresentar propostas com relação ao financiamento da atividade sindical aprovou no dia 06 de julho o anteprojeto de autoria do deputado federal Bebeto (PSB-BA), relator dos trabalhos.

O texto, negociado com entidades patronais e laborais também envolveu o Ministério Público e o governo. O deputado Bebeto apresentou uma complementação de voto, resultado dos últimos entendimentos firmados sobre o tema.

Os deputados Nelson Marchezan Júnior (PSDB-RS) e Max Filho (PSDB-ES) apresentaram votos contrários ao anteprojeto. Eles não concordam com a instituição da contribuição negocial em um momento de crise econômica.

Max Filho apresentou voto em separado pela abolição da contribuição negocial e tornava a contribuição sindical em caráter facultativo. Com a aprovação do texto do deputado Bebeto, o voto em separado foi desconsiderado.

TRAMITAÇÃO

A partir de agora, o anteprojeto será encaminhado para a Secretaria Geral da Mesa da Câmara dos Deputados, onde será numerado e despachado às comissões permanentes. Por ser de autoria de uma Comissão Especial, o Projeto de Lei (PL 5795/2016) será analisado também pelo Plenário da Câmara.

EMENDAS

Possíveis alterações no texto do projeto poderão ser feitas pelos relatores nas comissões ou no Plenário, com emendas apresentadas por qualquer deputado durante a discussão da matéria.



Bancos são obrigados a trocar notas falsas

A circular nº 3.798, de 20 de junho de 2016, publicada pelo Banco Central do Brasil (BC) estabelece que os bancos são obrigados a trocar cédulas ou moedas suspeitas de falsificação recebidas por correntistas em terminais eletrônicos ou nos caixas das agências bancárias. Não é preciso retirar o extrato da conta para apresentar junto com o dinheiro suspeito ou fazer boletim de ocorrência.

O BC faz um alerta para que o cidadão não aceite notas ou moedas suspeitas de falsificação, por se tratar de produto de um crime. Também é importante observar os elementos de segurança do dinheiro, como a impressão em alto relevo e a marca d'água. Caso não identifique algum desses elementos, o cidadão deve recusar o recebimento imediatamente.

Para o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o BC, os bancos são os responsáveis pelas cédulas disponibilizadas em terminais eletrônicos. Na hipótese de o caixa eletrônico disponibilizar notas comprovadamente fal-

sas, o banco poderá sofrer punição administrativa e processos na área penal, já que a falsificação de dinheiro é crime.

A regra também vale para aposentados e beneficiários do Bolsa Família sem conta em banco. A orientação para esses usuários é procurar qualquer agência do banco o qual sacou o dinheiro para entregar a cédula suspeita que ficará retida e receber a verdadeira.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE O TEMA NO SITE WWW.BCB.GOV.BR EM "PERGUNTAS FREQUENTES" E DEPOIS EM "DINHEIRO SUSPEITO DE FALSIFICAÇÃO".



: Fotolia

19 JORNAL CNTC • EDIÇÃO 66 • JULHO 2016 www.cntc.org.br

RODADA DAS FEDERAÇÕES

CNTC vai debater proposta de PLR do Walmart com federações e sindicatos

No dia 06 de junho, o diretor de Negociação Coletiva e Relações do Trabalho da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio (CNTC) e presidente da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecosul), Guiomar Vidor, juntamente com o assessor da Presidência da CNTC, Dr. Célio Rodrigues Neves e demais diretores da federação, receberam uma comissão do Grupo Walmart, na sede da Fecosul, em Porto Alegre (RS).

A comissão do Walmart, composta pelo assessor jurídico, Dr. Flávio Obino; o diretor de RH, Gerson Ricardo Fraga da Silva e o diretor Gil Ceiplli de Brito, apresentou uma proposta de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) para os comerciários do Walmart de todo o país.



Representantes da CNTC e do Walmart debateram uma proposta de PLR para os comerciários da empresa em todo o país

Em nome da CNTC, Guiomar informou que a proposta recebida será levada e discutida com todas as federações filiadas e sindicatos do Brasil, que tenham em suas bases comerciários atuando na empresa, assim como a eleição de uma comissão de representantes dos trabalhadores que irá participar das negociações. Uma nova reunião será realizada na sede da CNTC, em Brasília, para dar o retorno da proposta e para debater outras questões relativas às relações de trabalho do Walmart no Brasil.

Fonte: Assessoria de Comunicação da Fecosul – Marina Pinheiro

Comerciários sergipanos são submetidos ao salário mínimo e ameaçados com perdas de conquistas

O presidente da Federação dos Empregados no Comércio e Serviços do Estado de Sergipe (FECOMSE), Ronildo Almeida classifica como vergonhoso o tratamento dado pelos patrões aos comerciários sergipanos. "Nunca se viu o trabalhador comerciário perder o seu piso normativo da categoria e ainda ser ameaçado diariamente pela implantação do banco de horas. Como se fosse pouco, ainda querem tirar dos trabalhadores o índice de produtividade, conquistado há muitos anos".

Para Ronildo, o momento é mais de crise moral do que econômica. Os patrões devem não só o reajuste salarial, mas também a discussão de novas conquistas para a convenção coletiva de trabalho 2016/2017. "Queremos tratamento digno para os trabalhadores. A condição imposta neste momento é constrangedora, pela própria pressão psicológica a qual estamos sendo submetidos. São esses mesmos patrões que

quando dos seus lucros só beneficiam eles e seus familiares, mas quando há ameaça na economia ou qualquer mínima dificuldade, os trabalhadores tem que assumir prejuízos incalculáveis. Apelamos ao bom senso do empresariado do comércio e serviços de Sergipe, para que respeitem os seus trabalhadores".

O presidente da FECOMSE acredita que o diálogo e a participação da sociedade são fundamentais na busca por soluções que resolvam os problemas enfrentados pelos trabalhadores no comércio e serviços de Sergipe. "Esperamos contar com o apoio da sociedade e da classe politica, que ouve os empresários e que coloquem nas suas conversas as necessidades dos trabalhadores, pelo que representa a categoria no crescimento do nosso estado, através de sua força de trabalho", concluiu Ronildo Almeida.



Empregados e patrões negociam reajuste salarial e novas conquistas para a convenção coletiva 2016/2017



O presidente da FECOMSE, Ronildo Almeida defende o diálogo na busca de soluções para os problemas enfrentados pelos trabalhadores

Fonte: FECOMSE

www.cntc.org.br Julho 2016 • Edição 66 • Jornal Cntc 13

RODADA DAS FEDERAÇÕES

SindCom de Catalão (GO) empossa nova diretoria



Novos diretores do SindCom empossados para a gestão 2016/2020

A nova diretoria do Sindicato dos Empregados no Comércio de Catalão (SindCom) tomou posse no dia 20 de junho. Everton Alves, que era vice-presidente, assumiu a presidência da entidade para a gestão 2016/2020. Ao lado de outros 12 diretores, a chapa por ele encabeçada foi eleita com 96,02% dos votos em processo eleitoral ocorrido no dia 31 de março.

Para os próximos quatro anos o presidente empossado garante muita disposição e vontade de continuar lutando. "Já acompanho de perto os comerciários de Catalão e sei que temos muito para conquistar ainda. Força e coragem eu e a diretoria temos. O que peço sempre para os companheiros é consciência de luta e união. O resto, conquistaremos juntos", afirma. "Tivemos o cuidado de convidar companheiros de vários segmentos do comércio para formar a chapa. Desta forma, facilita identificar e solucionar as principais demandas de cada setor do comércio da cidade", completa Everton Alves.

Participaram da solenidade de posse, na sede da entidade, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Catalão (SIMECAT), Carlos Albino, o diretor do SIMECAT, José Geraldo e o secretário geral do Sindicato dos Trabalhadores em Transporte de Catalão (Sindtransporte), Eduardo Alves. O SindCom completou oito anos de fundação no último dia 09 de junho e representa cerca de 6 mil trabalhadores.

Fonte: Assessoria de Imprensa SindCom - Juliana Barbosa

Tivemos o cuidado de convidar companheiros de vários segmentos do comércio para formar a chapa. Desta forma, facilita identificar e solucionar as principais demandas de cada setor do comércio da cidade"

EVERTON ALVES

Com informações do MPT-DF

Após denúncia do SISDF, Skyserv é condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10)

A empresa também foi condenada em R\$ 50 mil por danos morais coletivos



Os desembargadores da 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região (TRT10) julgaram procedente o pedido de antecipação de tutela no Recurso Ordinário da procuradora Vanessa Fucina Amaral de Carvalho, representando o Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal (MPT-DF), na Ação Civil Pública contra a empresa Skyserv Locação de Mão de Obra Ltda.

A ação foi motivada após denúncia feita pelo Sindicato das Secretárias e dos Secretários do Distrito Federal (SISDF), alegando que os trabalhadores terceirizados no Ministério da Integração Nacional e na Agência de Transportes Aquaviários recebiam salários, vales-transporte e alimentação com atraso. Também foi informado o não pagamento da primeira parcela do 13º salário.

Com a decisão, a empresa é obrigada a pagar imediatamente os salários dos empregados atuais até o prazo máximo do quinto dia útil do mês seguinte ao vencido, além de pagar verbas rescisórias até o primeiro dia útil imediato ao término do contrato ou até o décimo dia, contado da data de notificação da demissão, quando ausente do aviso prévio, indenização do mesmo ou dispensa de seu cumprimento.

A empresa também foi condenada em R\$ 50 mil por danos morais coletivos e obrigada pelos desembargadores a pagar os direitos trabalhistas de acordo com os prazos previstos na legislação. O número do processo é 0000686-68.2012.5.10.0001.

1 1 JORNAL CNTC • EDIÇÃO 66 • JULHO 2016 www.cntc.org.br

RODADA DAS FEDERAÇÕES

FECOMBASE realiza II Seminário Político

"O Fortalecimento dos Trabalhadores no Comércio nas Disputas Eleitorais em 2016," foi o tema do II Seminário Político da Federação dos Empregados no Comércio de Bens e Serviços do Estado da Bahia (FECOMBASE). O evento aconteceu em Salvador, na sede da entidade, no dia 11 de junho.

O advogado e assessor jurídico da FE-COMBASE, Crescêncio Santana ministrou a palestra "Eleições Municipais 2016", onde explanou sobre as mudanças para este pleito, domicílio eleitoral, filiação partidária, propaganda eleitoral, proporções mínimas e máximas da propaganda, propaganda em bens públicos, propaganda em bens particulares, horários de comício, convenções, gastos de campanha, prestação de contas, CNPJ e abertura bancária entre outros tópicos.

Para o presidente da Federação, Marcio Fatel, abordar o tema neste momento é imprescindível. "Em momento tão delicado como este, onde reviravoltas políticas afetam a estabilidade do nosso país e ameaçam os direitos dos trabalhadores,

precisamos urgentemente de representantes da nossa categoria e sindicalistas em geral lá em cima, nos representando. Esta será a única forma de barrarmos a perda de tudo que já conquistamos", destacou.

Além do presidente da Federação, do primeiro secretário e presidente do SEC Alagoinhas, Adrião Barbosa, estiveram presentes os assessores jurídicos, os advogados Crescêncio Santana e Cesar Cabral, os representantes dos sindicatos de Amargosa, Camaçari, Catu, Ilhéus, Ipiaú, Itapetinga, Jacobina, Simões Filho, Vera Cruz e Valença. Também compareceram sindicalistas do SIEPAE e SINTRADISPEN.



O presidente da FECOMBASE, Marcio Fatel (c) comandou os trabalhos do II Seminário Político da entidada

FEAAC promove seminário sobre a crise econômica



O diretor presidente da FEAAC, Lourival Figueiredo Melo prestigiou o



país. Ao centro, a diretora da Secretaria Geral, Helena Ribeiro da Silva

A Federação dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio do Estado de São Paulo (FEAAC) promoveu nos dias 24 e 25 de junho, em Peruíbe (SP), um encontro com todos os sindicatos filiados para debater a crise brasileira e as ações que os dirigentes terão que ter para enfrentar o momento da economia no país.

Na primeira parte do encontro, o técnico do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), José Silvestre Prado de Oliveira apresentou todo o panorama da economia mundial e comparou com o Brasil nos últimos anos. Mostrou todos os momentos de crises que aconteceram e os resultados que afetaram o Produto Interno Bruto (PIB), a inflação e as taxas de juros no país.

Mostrou o comportamento da economia nos últimos anos e os fatores que levaram a economia brasileira a cair fortemente a partir dos anos 2013-2014, e os fatores internos que fizeram a economia mudar o rumo de crescimento dos últimos anos. Depois de mostrar e explicar essa conjuntura da economia brasileira atual apresentou os comparativos das negociações coletivas e a distribuição dos reajustes salariais que ocorreram durante os últimos anos no Brasil em relação ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e seu aumento real médio, principalmente no setor de comércio e serviços.

Após o debate sobre a palestra, Silvestre discutiu com os presentes a questão sobre o segmento de arquitetura e engenharia consultiva que vem sofrendo queda na demanda por serviços nos últimos anos.

Na parte da tarde, os sindicatos discutiram as ações que terão para as categorias com data base em maio, que não foram encerradas, julho e agosto. Além disso, o jurídico da FEAAC fez um relato das categorias que se encontram em dissídio no Tribunal.

Fonte: FEAAC

RODADA DAS FEDERAÇÕES

Parceiros se reúnem na Fecomerciários-SP para avaliar mudanças em portal sobre inclusão

A Fecomerciários-SP sediou no dia 07 de julho, reunião de representantes da Câmara Paulista de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho e de várias entidades para avaliação dos ajustes de acessibilidade recém-implementados no portal elaborado para tratar exclusivamente de assuntos relacionados à inclusão.

Participaram membros de sindicatos de trabalhadores e sindicatos patronais, de RH de empresas e especialistas de consultorias para inclusão. O objetivo foi aferir o grau de acessibilidade do portal e identificar novas formas de transmissão de informações e navegabilidade para pessoas com deficiência visual, auditiva e intelectual.



O PORTAL PODE SER ACESSADO EM WWW.CAMARAINCLUSAO.COM.BR

Os participantes foram recepcionados por Eunice Aires, coordenadora do Departamento de Educação e Responsabilidade Social da Fecomerciários-SP, e por José Carlos do Carmo, o Dr. Kal, coordenador da Câmara Paulista de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho, da Superintendência Regional do Trabalho em São Paulo.

"A Fecomerciários foi convidada a sediar a reunião para apresentação do portal, pois desde o início das atividades promovidas

66 Pretendemos chamar a atenção da sociedade e divulgar da melhor maneira possível e nosso novo canal."

DR. KAL

pela Câmara Paulista para Inclusão de Pessoas com Deficiência, tem apresentado forte atuação na defesa e na promoção da inclusão com qualidade", explicou Eunice Aires.

A fundadora do Instituto Modo Parités, Ivone Santana, diretamente envolvida na reformulação do portal, disse que o projeto demorou cinco meses para ficar pronto. "A previsão é que entre em funcionamento no mês de agosto", disse.

Segundo o Dr. Kal, que coordenou a reunião, o portal já estava no ar desde 2011. "No começo de 2016, decidimos torná-lo mais acessível às pessoas com deficiência. Por isso, o site passou por uma reformulação. Nós entendemos que seria ideal que ele pudesse ser visto, lido e entendido por pessoas com qualquer tipo de deficiência, inclusive cegos, surdos, e os deficientes intelectuais. Estamos em fase de testes ainda, como o que fizemos hoje aqui nes-

te encontro na sede da Fecomerciários-SP. Aproveito, inclusive, para agradecer à importante parceria que temos com a Federação na defesa da nossa causa", afirmou.

Dr. Kal informou que no dia 11 de agosto, na próxima reunião na Câmara Paulista, será feito o lançamento oficial do portal reformulado. "Pretendemos chamar a atenção da sociedade e divulgar da melhor maneira possível o nosso novo canal".

Entidades que participaram da reunião na Fecomerciários: Câmara Paulista de Inclusão; Projeto Simbora Gente; Associação Nacional do Emprego Apoiado (Anea); Projeto Guri; Hard Talk; Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Estado de São Paulo (Sincovaga); Superintendência Regional do Trabalho (SRTE/SP); Spread Tecnologia; Derdic PDC-SP; Sindicato dos Comerciários de São Paulo; Ktalise; Instituto Modo Parités.

Fonte: Fecomerciários











Representantes da Câmara Paulista de Inclusão da Pessoa com Deficiência no Mercado de Trabalho avaliaram mudanças em portal sobre inclusão

